SEOTCN - Of. N.:618
Data:03-04-2014
09:30.01.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMADA
ENTRADA
09.04.14 | 1182
Arq. 1182/XI-1º/2014

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Mencionar no expediente
Acusar a recepção e agradecer
Remeter a todos os Deps. Em:
d/Rec. JF e FB Proc. AF
Enviar para Alvaro Apoio Reg., Alvaro Vasco Antunes,
Alvaro Arribas, Alvaro Conde e Cor Depos.
Cópia para
08.04.2
Proc. Vol. 8.4.
Arquive
14. abril 2014

Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia
Municipal de Almada
José Manuel Maia Nunes de Almeida
Largo Luís de Camões
2800 - 158 Almada

Assunto: A Costa da Caparica e os temporais

Em resposta ao V/ ofício n.º 585/XI-1º/2013-14 de 07 de março de 2014, encarrega-me o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza de informar V. Exa. do seguinte:

Na sequência de vários episódios de tempestade, que afetaram a zona costeira, o Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE) levou a cabo de imediato uma campanha de observação e levantamento no terreno, com o intuito de avaliar os impactos e danos ocorridos, em articulação com os Serviços Municipais de Proteção Civil, autarquias e Autoridade Marítima (Capitanias e Polícia Marítima).

No seguimento do referido levantamento de ocorrências, procedeu-se a uma priorização das ações necessárias para fazer face às situações identificadas, em função do risco para pessoas e bens, muitas das quais já estavam previstas no âmbito do Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral (PAPVL) 2012-2015.

Para as situações não previstas, decorrentes das recentes intempéries que afetaram o território nacional, foi promovida junto do Programa Operacional de Valorização do Território (POVT) a abertura de um aviso com vista a assegurar o apoio a intervenções nas zonas afetadas, em particular para as situações onde está em risco a salvaguarda de pessoas e bens. O Aviso POVT-1-2014, no domínio da Proteção costeira, foi publicado no dia 25 de fevereiro de 2014 e encontra-se em curso, tendo a Costa Polis apresentado candidatura nos termos que vieram a ser aprovados na Assembleia Geral de 21 de março.

No que respeita à Costa de Caparica, um dos locais mais afetados pelos efeitos dos referidos temporais, foi de imediato feito um reconhecimento dos principais estragos,

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.seotcn@maote.gov.pt www.portugal.gov.pt

tendo Sua Excelência, o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, se deslocado ao local com as demais autoridades, para analisar o quadro da situação. Reconhecendo a importância de uma atuação urgente, encontra-se já em fase final a adjudicação da empreitada de "*Reabilitação da defesa aderente da praia de São João da Caparica*", em que se inclui, para além da reabilitação da sua estrutura, a reparação do seu tardoz, dotando-o de condições que obstam à erosão da duna em caso de galgamento pela água que ressalta do embate das ondas na parte frontal da defesa aderente em enrocamento. Esta intervenção tem um prazo estimado para execução de 2 meses, prevendo-se que fique concluída antes do início da próxima época balnear.

Acresce, ainda, que a Agência Portuguesa do Ambiente, com a colaboração da Administração do Porto de Lisboa (APL, S.A.), está presentemente a preparar o lançamento do procedimento para adjudicação dos trabalhos de alimentação artificial das praias da Costa da Caparica e de São João da Caparica, com recurso a areias provenientes do canal sul da barra do Tejo, ou seja, em área da jurisdição da APL, prevendo-se um investimento de cerca de 5 milhões de euros.

No que diz respeito às infraestruturas de responsabilidade da CostaPolis, em articulação com a APA, as ações propostas para o troço costeiro entre a Praia do Norte e a Praia do Tarquínio têm como objetivos centrais a intervenção nas áreas onde se vem verificando uma maior pressão e recuo da linha de costa, no sentido de reforçar e consolidar ambiental e urbanisticamente a frente de praias urbanas, conferindo-lhe uma maior resiliência e capacidade resistente, garantindo maior segurança às pessoas e bens e um melhor comportamento face aos fenómenos de galgamento registados na zona do paredão.

Para além da intervenção nesta zona de risco da faixa costeira, considerada urgente para a proteção costeira e para a salvaguarda de pessoas e bens, prosseguir-se-ão, concomitantemente, os objetivos que presidiram a intervenção estratégica e integrada que o Programa Polis definiu para a Costa Polis.

Pretende-se com esta intervenção a consolidação de uma estratégia para a abordagem aos problemas identificados nesta área, dotando este espaço de uma maior robustez e capacidade resistente, vocacionando-o para o usufruto dos utentes em condições de segurança, de salvaguarda dos valores ecológicos e culturais presentes e conferindo-lhe melhores condições de atratividade à instalação e desenvolvimento das atividades

económicas ligadas ao turismo, essenciais à qualificação deste território e ao reforço da coesão social, numa lógica duradoura e de longo prazo, promovendo o reforço e consolidação da globalidade da zona de intervenção.

Por fim, e como já foi transmitido na reunião de 18 de março, na qual V/ Excelência participou, durante o período de liquidação da sociedade continuar-se-ão a desenvolver todas as ações necessárias à prossecução dos objetivos da CostaPolis e à sedimentação das bases indispensáveis à continuação do trabalho entretanto desenvolvido, sendo para isso de realçar a intervenção da Comissão Liquidatária, constituída com os representantes do Estado e do Município de Almada.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Teresa Mouro Ferreira

/mg

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e da Conservação da Natureza
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.secoten@maote.gov.pt www.portugal.gov.pt